

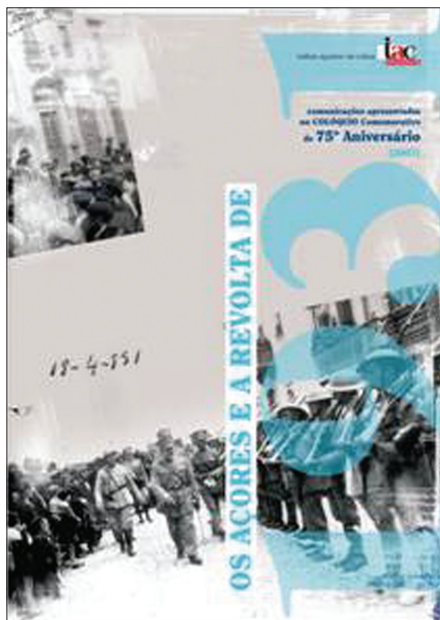
(2007) **AA.VV., Os Açores e a Revolta de 1931.**  
(COMUNICAÇÕES AO COLÓQUIO EVOCATIVO DO 75.º ANIVERSÁRIO).  
ANGRA DO HEROÍSMO, INSTITUTO AÇORIANO DE CULTURA.

Susana Goulart Costa – Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais. Universidade dos Açores. Campus de Ponta Delgada. Apartado 1422. 9501-801 Ponta Delgada.

A 7 de Abril de 1931, eclode na cidade de Angra do Heroísmo uma revolta militar contra a Ditadura Militar instalada em Portugal a 28 de Maio de 1926. A contestação, que assume os primeiros contornos na ilha da Madeira, a 4 de Abril, rapidamente se propaga a outras ilhas do arquipélago dos Açores, reflectindo os anseios de diversos grupos de deportados que então viviam nos Açores, na sua maioria castigados pela sua participação nos movimentos militares e civis que surgem no Porto e Lisboa em Fevereiro de 1927.

Setenta e cinco anos depois da revolta insular de 1931, entendeu o Instituto Açoriano de Cultura realizar um Colóquio evocativo do evento, que decorreu a 8 de Abril de 2006, no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, e cujas comunicações são publicadas em volume editado dois anos depois, em 2008. A publicação respeita o ordenamento do colóquio, que decorreu em duas sessões divididas entre manhã e tarde, e que reuniram seis comunicações na totalidade. A comunicação de Luís Farinha, inti-

tulada “*Agora ou Nunca*”. *Combates pela liberdade dos Açores. A Revolta de 1931* aborda, nas suas doze páginas, o contexto mais próximo da revolta, fazendo referências aos promotores e aos movimentos revoltosos de finais da década de 1920, incapazes de conjugar as várias famílias opositoras ao regime militar no poder. O desmantelamento da revolta açoriana



dez dias apenas depois do seu início é o reflexo mais óbvio da dispersão dos críticos do regime, embora o autor também realce a superioridade das forças da Ditadura como motivo essencial para perceber a fragilidade da oposição não só nas ilhas, como no resto do país. Por isso, a revolta não foi vitoriosa em 1931 e não seria nunca.

Armando Malheiro da Silva, na comunicação designada *Norton de Matos e as diferentes maneiras de ser contra o 28 de Maio de 1926. As revoltas de 1931, o reviralhismo e/a "via ordeira"* assume, logo no início da apresentação, que o movimento açoriano é apenas o ponto de partida para a sua análise de trinta e quatro páginas sobre a figura de Norton de Matos, contextualizando-a na conjuntura oposicionista à Ditadura. De certa forma, o exílio de Norton Matos em Ponta Delgada, em 1927, foi mais um passo para alicerçar o movimento reviralista, que espelha as crispações políticas e sociais causadas não só pelos ocorrências internas, mas igualmente pela conjuntura internacional então vigor.

José Olímpio Mendes Rocha, nas treze páginas da sua comunicação intitulada *As razões dos oficiais residentes na Terceira que não participaram na Revolta na Madeira e nos Açores no ano de 1931*, conduz os leitores a uma perspectiva da negação, sempre

interessante e pouco explorada nestas matérias. Parte, pois, do princípio que tão significativas serão as justificações dos revoltosos, como as dos que não aderem: são estas últimas o objecto de interesse deste autor. Os depoimentos de vários militares, registados através de 17 relatórios pessoais (apresentados em apêndice documental precioso), traduzem alguma desorganização do processo revolucionário no circuito militar, no qual, como bem comenta o autor, seria imprescindível a existência de uma sólida hierarquia de comando, que não existiu e que, por ausente, impediu a formulação de um projecto vitorioso. A sessão da tarde seria iniciada por Rui Carita, que apresentou *A revolta na Madeira de 1931. Enquadramento regional*. Em vinte e oito páginas, o historiador apresenta os movimentos oposicionistas que ocorreram no Funchal nos problemáticos inícios de 1930, fazendo particular menção à Revolta das Farinhas e à Revolta da Madeira como reacções adversas às medidas de constrangimento económico e social que provinham do regime ditatorial, mas que também reflectiam o ambiente de instabilidade financeira que se vivia internacionalmente e que prejudicava as principais actividades madeirenses ligadas aos bordados, ao vinho e ao turismo. Por sua vez, Célia Reis debruça-se sobre *Os Açores na revolta de Abril*

de 1931. Em quarenta e duas páginas recheadas de informação, a autora apresenta uma análise pormenorizada sobre os meandros da revolta açoriana de 1931, com a particularidade relevante de apresentar casos exemplificativos de diversas ilhas, que não somente Terceira e São Miguel. A consulta de fontes primárias (Arquivo da PIDE), permitiu a esta historiadora partilhar com os seus leitores as minudências do processo revolucionário açoriano, podendo-se quase elaborar um diário dos movimentos opositores. É sem dúvida, a comunicação mais completa sobre o tema apresentado no Colóquio.

Finalmente, Carlos Enes realça alguns d'*Os Açorianos na oposição à Ditadura Militar*. Nas suas oito páginas, o autor refere a existência de dois sectores entre os contestatários açorianos: o dos regionalistas, que se opunha à política para com os Açores encetada pela Ditadura e o dos generalistas, que se opunha à totalidade das medidas conduzidas pelo regime ditatorial. Regista ainda o autor que os diversos movimentos contestatários engendrados nas ilhas acabariam por gerar respostas mais agressivas por parte do poder militar e que fragilizariam vários grupos e figuras individuais nos anos de 1931 e 1932.

Do colóquio *Os Açores e a Revolta de 1931* resulta, pois, um registo escrito de 172 páginas: volume singelo do ponto de vista quantitativo, mas volumoso do ponto de vista qualitativo, não apenas face à qualidade das comunicações apresentadas, mas também devido a outros motivos. Em primeiro lugar, porque realça um período pouco conhecido na História dos Açores. Os estudos sobre as convulsões da Ditadura Militar no arquipélago dos Açores são manifestamente escassos e estes seis artigos permitem um avanço para a compreensão das vicissitudes da década de 1930. Em segundo lugar, e na sequência da afirmação prévia, porque contribui para uma apreciação mais consolidada sobre o movimento reviralista e sobre figuras de oposição ao emergente Estado Novo. Finalmente, porque destaca uma realidade histórica inerente aos arquipélagos atlânticos dos Açores e Madeira que, desde cedo, foram utilizados pelo poder central como prisões naturais. Espaços de exílio e de deportação, as ilhas tornaram-se frequentes recipientes de indesejáveis, fenómeno que, ocasionalmente, provocava reacções mais efusivas de que o ano de 1931 é apenas uma das datas mais memoráveis.

SUSANA GOULART COSTA

